de Belém, a contar de 1º/6/2011, sem prejuízo das respectivas atribuições nos municípios de Dom Elizeu e Anajás.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 7 de junho de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2424/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E :

ALTERAR o período das férias da Promotora de Justiça CARMEN BURLE DA MOTA PAES, estabelecido pela PORTARIA Nº 2195/2011-MP/PGJ, de 23/5/2011, em 6/6 a 5/7/2011 para 20/6 a 19/7/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 8 de junho de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2460/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IX, alínea "c", da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea "c", da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

R E S O L V E:

DESIGNAR a Procuradora de Justiça UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL e a Promotora de Justiça SUELY REGINA AGUIAR CRUZ para, sem prejuízo de suas atribuições, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, comporem a Comissão Permanente de Defesa da Saúde - COPEDS.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 8 de junho de 2011.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2461/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IX, alínea "c", da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea "c", da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

R E S O L V E:

DESIGNAR os Promotores de Justiça ALDIR JORGE VIANA DA SILVA e ALCENILDO RIBEIRO SILVA para, sem prejuízo de suas atribuições, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, comporem a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos - COPEDH.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 8 de junho de 2011.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2462/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IX, alínea "c", da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea "c", da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

R E S O L V E:

DESIGNAR os Promotores de Justiça ADRIANA DE LOURDES MOTA SIMÕES COLARES e JOSÉ MARIA COSTA LIMA JÚNIOR para, sem prejuízo de suas atribuições, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, comporem a Subcomissão de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 8 de junho de 2011.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2465/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea "e", da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea "e", da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a gravidade e repercussão dos fatos (assassinatos de José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo), que possuem características próprias que devem ensejar a tomada de providências específicas, não comuns a outros fatos;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é destinatário de fato da investigação policial para formação de opinis delicti;

CONSIDERANDO que constitui poder-dever do Procurador-Geral de Justiça designar membro do Ministério Público para acompanhar inquérito policial ou diligência investigatória,

R E S O L V E:

DESIGNAR as Promotoras de Justiça AMANDA LUCIANA SALES LOBATO e SABRINA SAID DAIBES DE AMORIM, para acompanharem o inquérito policial e diligências investigatórias dos assassinatos de José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, ocorridos no município de Nova Ipixuna(PA).

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 8 de junho de 2011.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2479/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

REVOGAR, a partir de 08/06/2011 a PORTARIA Nº 2348/2011-MP/PGJ, de 1º/06/2011, publicada no D.O.E. de 08/06/2011, que convocou a Promotora de Justiça MARIA DE LOURDES COSTA BRASIL para exercer o 4º cargo de Promotor de Justiça Criminal de Ananindeua.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 22 de junho de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2494/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea "f", da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), c/c o art. 18, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do expediente nº 22563/2011,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça FRANKLIN JONES VIEIRA DA SILVA para, como representante do Ministério Público acompanhar o processo de eleição do Conselho Tutelar do município de São Francisco do Pará, no dia 10/6/2011, em virtude da licença da Promotora de Justiça Polyana Brasil Machado de Souza, podendo adotar medidas pertinentes.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 9 de junho 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2527/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 24, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 153/11-MP/4ºPJM, datado e protocolizado em 9/6/2011, sob o nº 22598/2011, da lavra da Drª Daniela Souza Filho Moura;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 assegurou proteção especial à família e à maternidade (art. 226) e a situação transitória que é a gravidez, equiparada à força maior,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça VYLLYA COSTA BARRA SERENI para, como representante do Ministério Público, oficiar na sessão do Tribunal do Júri Popular da comarca de Marituba, no dia 15/6/2011, em atuação conjunta, podendo, nessa qualidade, adotar medidas pertinentes, inclusive interpor recursos.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 14 de junho de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2530/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IX, alínea "f", da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), c/c o art. 18, inciso IX, alínea "f", da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará),

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça LUIZ OTÁVIO BANDEIRA GOMES para até 30/7/2011, exercer o cargo de Promotor de Justiça de Tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Recuperação Judicial de Pessoa Jurídica e Falência, em virtude das férias do titular, Promotor de Justiça SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO, sem prejuízo das demais atribuições no município de Belém, a contar de 15/6/2011.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 15 de junho de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2554/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, IX, alínea "f" da Lei Federal nº 8.625/1993 e art. 18, IX, alínea "f" da Lei Complementar nº 057/2006;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 102/2011/CPJCV, protocolizado sob o nº 21528/2011;